

Passou a integrar o Quadro de Efectivos Interdepartamental (QEI) e aí permaneceu até 30 de Novembro de 1994, data em que foi requisitado pela Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Norte (DRARN-N), tendo passado para o quadro em 1 de Dezembro de 1995. Aí desempenhou funções em todos os organismos que sucederam àquela Direcção Regional, nomeadamente; na DRA/N (Direcção Regional do Ambiente — Norte), na DRAOT/N (Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Norte) e CCCR/N (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte).

Funções e cargos mais relevantes desempenhados:

Entre 25/2/1998 e 1/5/1998, assegurou as funções da Chefia da Divisão Sub-Regional do Grande Porto.

Desde 26 de Setembro 2007 e até 30 de Setembro de 2008 — Chefe de Divisão de Licenciamento da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

## Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

### Aviso n.º 27781/2008

Por despacho do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte de 29 de Outubro de 2008, com parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, foi Maria Helena Rodrigues Ferreira Rego, técnica de informática de grau 2 nível 2 do quadro privativo da ex-CCRN, nomeada, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, assessora do mesmo quadro, com efeitos a 29 de Outubro de 2008. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Novembro de 2008. — A Chefe de Divisão de Organização e Recursos Humanos, *Paula Freitas*.

### Despacho n.º 30000/2008

Nos termos da al. d) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 02/04 de 15 de Janeiro e de acordo com o n.º 1 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85 de 15 de Julho, designo, como minha secretária, a Sr.ª D. Maria do Céu Cerqueira Gonçalves Dias.

O presente despacho produz efeitos desde 5 de Setembro do corrente ano.

14 de Setembro de 2005. — O Presidente, *Carlos Lage*.

## Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

### Direcção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira

### Rectificação n.º 2512/2008

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 196, de 9 de Outubro de 2008, o Despacho (extracto) n.º 25189/2008, rectifica-se o seguinte:

Onde se lê:

“Por despacho de 27 de Junho de 2008 do presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, foi transferida, Maria Isabel da Silva Palmeira Pires...”

deve ler-se:

“Por despacho de 27 de Junho de 2008 do presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, reconhecendo a urgente conveniência de serviço, foi transferida com efeitos reportados à data do despacho, Maria Isabel da Silva Palmeira Pires...”

Onde se lê:

“... na data da aceitação da transferência ...”

deve ler-se:

“...na data do despacho...”

30 de Outubro de 2008. — A Directora de Serviços, *Ana Lúcia Cabrita Guerreiro*.

### Rectificação n.º 2513/2008

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 196, de 9 de Outubro de 2008, o Despacho (extracto) n.º 25190/2008, rectifica-se o seguinte:

Onde se lê:

«Por despacho de 27 de Junho de 2008 do presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, foi transferido, Nelson Manuel Pinto de Magalhães...»

deve ler-se:

«Por despacho de 27 de Junho de 2008 do presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, reconhecendo a urgente conveniência de serviço, foi transferido com efeitos reportados à data do despacho, Nelson Manuel Pinto de Magalhães...»

Onde se lê:

«... na data da aceitação da transferência ...»

deve ler-se:

«...na data do despacho...»

30 de Outubro de 2008. — A Directora de Serviços, *Ana Lúcia Cabrita Guerreiro*.

## Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais

### Aviso n.º 27782/2008

1 — Nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz -se público que, por despacho da directora-geral do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais de 13 de Outubro de 2008, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar na categoria de técnico superior principal, da carreira de técnico superior, nos termos do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e subsequentes alterações resultantes da publicação de diversos diplomas.

2 — Em cumprimento do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi realizado o procedimento prévio de recrutamento, para a selecção de pessoal em situação de mobilidade especial, previsto no artigo 34.º do mesmo diploma, dando origem à oferta com o código P20086085, não tendo sido recebida qualquer candidatura de funcionários ou agentes nesta situação.

3 — O concurso é válido apenas para o preenchimento do lugar em referência.

4 — Área funcional: área de Prospectiva Estratégica.

5 — Legislação aplicável — Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, Decreto-Lei n.º 141/2001, de 24 de Abril.

6 — Local, remuneração e condições de trabalho — o local de trabalho Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, em Lisboa. A remuneração e demais regalias sociais são as genericamente vigentes para a função pública.

7 — Requisitos de admissão:

7.1 — Requisitos gerais e especiais de admissão — podem ser opositores ao concurso os funcionários que:

Preencham os requisitos gerais de admissão a concurso e provimento em funções públicas, previstos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

Até ao termo do prazo fixado para a apresentação de candidaturas, sejam técnicos superiores de 1.ª classe com, pelo menos, três anos na categoria classificados de Bom, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, conjugado com os n.ºs 1 e 3 do artigo 7.º e o n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março.

7.2 — Outros requisitos — constituem factores de preferência:

Área de Prospectiva Estratégica:

Licenciatura em Economia, Gestão, Geografia e Planeamento Urbano/Regional, Engenharia.

Capacidade para reforçar ou adquirir competências técnicas e comportamentais que permitam desenvolver projectos inovadores ao nível da Prospectiva e Cenários;

Bons conhecimentos ao nível da análise e caracterização da evolução de sectores de actividade à escala nacional e internacional;

Capacidade de analisar tendências e actores em diferentes domínios (Económico, Tecnológico, Social, Ambiental, Regional);

Bons conhecimentos de políticas socioeconómicas, ambientais e regionais.

8 — Métodos de selecção — no presente concurso, serão utilizadas a avaliação curricular (AC) e a entrevista profissional de selecção (EPS).

8.1 — A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos, de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

8.2 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

9 — Os critérios de apreciação e ponderação relativos ao método de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos, quando solicitada.

10 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido à directora-geral do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, Avenida D. Carlos I, 126, 3.º, 1249-073 Lisboa, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, registado com aviso de recepção, devendo neste caso ser expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 1, dele devendo constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, estado civil, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade, termo da respectiva validade e serviço emissor, residência, código postal e telefone);

b) Declaração, sob compromisso em honra, de que reúne os requisitos legais para o provimento em funções públicas, constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

c) Quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever apresentar por considerar relevantes para a apreciação do seu mérito ou constituírem motivo de preferência legal, os quais só poderão ser tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados;

d) Data e assinatura.

10.1 — Juntamente com o requerimento os candidatos deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado;

b) Fotocópia do certificado de habilitações literárias;

c) Declaração, emitida pelo serviço ou organismo de origem, devidamente actualizada e autenticada, que comprove a categoria de que o candidato é titular, o vínculo à função pública, a natureza inequívoca do mesmo, o tempo de serviço contado até ao termo do prazo de admissão a concurso, na categoria, na carreira e na função pública, a classificação de serviço referente aos últimos três anos, bem como o índice e o escalão por que é remunerado.

d) Fotocópia dos documentos comprovativos das acções de formação profissional complementar e respectivas durações;

e) Declaração, emitida pelo serviço ou organismo de origem, especificando detalhadamente as efectivas funções, tarefas e responsabilidades do candidato e o tempo correspondente ao seu exercício.

f) Requerimento dirigido ao júri do concurso, a efectuar apenas pelos candidatos que não tenham sido objecto de avaliação de desempenho no(s) ano(s) relevante(s) para o concurso, nos termos do disposto na Lei n.º 15/2006, de 26 de Abril, acompanhado de declaração emitida pelo serviço a cujo quadro pertença, da qual conste de forma inequívoca, que aquele se encontra ou encontrou em situação inviabilizadora de atribuição da avaliação do desempenho ou de classificação de serviço e, bem assim, as classificações na sua expressão qualitativa e quantitativa, que obteve ao longo do seu percurso profissional, com indicação das correspondentes categorias.

10.2 — Apenas serão considerados pelo júri, para a apreciação do mérito dos candidatos, os cursos ou acções de formação que os mesmos invoquem possuir, devidamente comprovados.

10.3 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

11 — A falta de apresentação dos documentos exigidos no respectivo aviso implica a exclusão dos candidatos, nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

12 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato a apresentação de documentos comprovativos de factos por ele referidos que possam relevar para a apreciação do seu mérito, de harmonia com o n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — As listas de candidatos serão publicadas nos termos conjugados no n.º 2 do artigo 33.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 34.º, bem como nos n.ºs 1 a 6 do artigo 38.º e no artigo 40.º, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

14 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

15 — Em tudo o que não se ache expressamente previsto no presente aviso, o concurso reger-se-á pelas disposições constantes do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

16 — O júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Mestre Paulo Miguel Nunes Soeiro de Carvalho, director de serviços.

Vogais Efectivos:

Licenciado Carlos Manuel da Costa Nunes, assessor principal.

Licenciado José Emílio Amaral Gomes, assessor principal.

Vogais suplentes:

Licenciado José Manuel Delgado Félix Ribeiro, assessor principal.

Licenciada Susana Costa Escária, assessora.

O 1.º vogal efectivo substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

14 de Novembro de 2008. — A Directora-Geral, *Manuela Proença*.

## MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS.

### Despacho n.º 30001/2008

Pretende Fernando Manuel Gonçalves Belo levar a efeito a construção de um estábulo em alvenaria com ordenha mecânica para caprinos num prédio rústico com cerca de 3,8 ha de que é proprietário, inscrito na matriz sob o artigo 24, secção S, localizado em Casal de Figueira, freguesia de Mouriscas, concelho de Abrantes.

Para o efeito, requereu ao Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de Outubro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 55/2007, de 12 de Março, o levantamento da proibição de realização dessa construção, uma vez que se trata de área percorrida por um incêndio ocorrido em 20 de Agosto de 2007.

Considerando que o diploma legal supra referido prevê a possibilidade de em situações devidamente fundamentadas poderem ser levantadas as proibições legais de realização de obras de edificação;

Considerando que o incêndio ficou a dever-se a causas a que o requerente é alheio, conforme certidão emitida pelo comandante do Destacamento Territorial de Abrantes da Guarda Nacional Republicana, em observância do disposto no n.º 6 do artigo 1.º do indicado diploma legal;

Considerando que o terreno em causa era, à data do incêndio, caracterizado por povoamento florestal de pinhal, eucaliptal e sobre novo;

Considerando que o terreno está localizado no Plano Director Municipal de Abrantes em zona agroflorestal podendo, como tal, ser ocupado para os fins pretendidos pelo requerente;

Considerando que, globalmente, o processo se encontra correcta e legalmente instruído;

Assim e nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de Outubro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 55/2007, de 12 de Março, e tendo presente a delegação de competências prevista no despacho n.º 16 162/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional ao Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, determina-se o levantamento das proibições contidas no n.º 1 do artigo 1.º do referido diploma legal para o prédio rústico, melhor assinalado na planta anexa ao presente despacho, com cerca de 3,8 ha, inscrito na matriz sob o artigo 24.º, secção S, localizado em Casal de Figueira, freguesia de Mouriscas, concelho de Abrantes, e de que é proprietário Fernando Manuel Gonçalves Belo.

3 de Novembro de 2008. — Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Ascenso Luís Seixas Simões*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.